



Relatório de Gestão
Recursos Financeiros
PREVINI
Agosto 2016

1. OBJETIVO

O Relatório de Gestão é o instrumento que apresenta os resultados alcançados com a execução da Política de Investimentos aprovada para o exercício de 2016, contemplando a comprovação da aplicação dos recursos do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Nova Iguaçu – PREVINI.

Os resultados alcançados são apurados, com base no conjunto de indicadores, que foram definidos para acompanhar o cumprimento das metas anuais.

A estratégia de investimentos tem como ponto central o respeito às condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos ativos financeiros a serem escolhidos mediante avaliações criteriosas, tanto quantitativas quanto qualitativas.

2. ANÁLISE DE MERCADO *

No Brasil, no âmbito fiscal o mês de agosto foi marcado pelo avanço da tramitação de medidas de ajuste encaminhadas pelo governo, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 241/2016) que trata do limite de gastos e o Projeto de Lei Complementar (PLP257), que diz respeito à renegociação da dívida dos Estados.

No que se refere aos indicadores conjunturais, os dados apresentaram comportamento heterogêneo em agosto. De um lado, a produção industrial subiu frente ao resultado anterior, enquanto de outro, o PIB do 2T16 teve recuo maior do que o previsto.

Dando prosseguimento ao plano de reestruturação das contas fiscais, no início de agosto, o PLP257, que trata da renegociação da dívida dos Estados e estabelece um novo limite para o crescimento do gasto público para estes entes foi aprovado pela Câmara. O projeto prevê o alongamento da dívida com o Tesouro Nacional por 20 anos e o desconto de 40% nas prestações da dívida por dois anos em troca do congelamento do crescimento da despesa, em termos reais, pelo mesmo período. Em seguida, a PEC241/2016 foi aprovada pela CCJ da Câmara. A PEC limita as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior corrigidos pelo IPCA, o que significa que a cada ano, este parâmetro servirá como base para a preparação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que definirá o limite orçamentário dos poderes Executivo, Legislativo, e Judiciário. E em relação a esta última, o Congresso aprovou no último dia 24 o projeto da LDO de 2017. Em resumo, a LDO prevê que o governo pode ter um déficit primário de até R\$139 bi. O resultado do PIB do 2T16

mostrou que a economia recuou 0,6% na comparação trimestral. Foi a 6ª queda consecutiva do indicador, intensificando o declínio em relação ao trimestre anterior (-0,4%, T/T). A taxa de desemprego, medida pela PNAD, mostrou alta de 11,3% para 11,6% em julho, influenciada pelo aumento no número de pessoas desocupadas (261 ml). Diante disso, os desocupados já somam 11,9 milhões, o maior patamar da série histórica.

O IPCA de agosto teve alta de 0,44% (M/M), um pouco abaixo das projeções (0,46%) e em linha com a mediana de projeções da Bloomberg (0,44%). O resultado representa uma desaceleração ante julho (0,52%) que foi motivada pela importante descompressão do grupo Alimentação e Bebidas. Apesar da menor variação mensal, a inflação em 12 meses voltou a subir (de 8,74% para 8,97%).

Para setembro, espera-se que a inflação ceda em razão da continuidade da desaceleração do grupo Alimentação (em especial os Laticínios), além da queda no Preço da Passagem aérea. Por outro lado, o reajuste de 9% em 1º de setembro para o Gás de botijão deve limitar o movimento. Com isso, projeta-se alta de 0,32% (M/M) e 8,74% (A/A).

Diante desse contexto o BCB manteve por unanimidade a taxa Selic estável em 14,25% na reunião ocorrida no final de agosto. Sobre os próximos passos, a autoridade monetária mostrou cautela quanto a possibilidade de flexibilização imediata da política monetária ao expor suas preocupações com (i) o ritmo lento de desaceleração da inflação devido à pressão dos alimentos, (ii) incertezas quanto à aprovação e implementação dos ajustes fiscais e (iii) os efeitos da inércia inflacionária. Com isso, a mensagem é a de que o BCB só se sentirá confortável em iniciar um ciclo de cortes na taxa Selic quando estas condições forem alcançadas. A flexibilização na orientação futura para a política monetária foi importante para dar ao BCB maior liberdade para definir a taxa de juros, no entanto, isso não implica em corte imediato de juros.

Nos EUA, em meados de agosto, o Fed divulgou a Ata da reunião do FOMC realizada em julho. O documento mostrou que apesar de reconhecer que o mercado de trabalho está evoluindo progressivamente, os membros do FOMC não se sentiram suficientemente confiantes em retomar o processo de normalização da política monetária. Após a Ata, William Dudley e Stanley Fisher, ambos votantes, afirmaram que o Fed tem avançado de forma consistente em levar a economia ao pleno emprego e esperam que o crescimento econômico no 2S16 seja mais robusto. Com isso, consideraram que está cada vez mais próximo o momento no qual será necessário o aumento de juros. Reforçando essa visão, a presidente do Fed, Janet Yellen, afirmou em discurso no Simpósio anual de

Jackson Hole que apesar das incertezas que ainda pairam sobre a economia norte-americana “o argumento para a alta de juros se fortaleceu nos últimos meses”. Em suma, o Fed deixou claro que a alta poderá se dar em qualquer reunião a ocorrer até o fim do ano, sem data específica.

Em relação à atividade, a 1ª revisão do PIB do 2T16 mostrou que o crescimento em termos anualizados foi levemente menor ante a divulgação anterior ao passar de 1,2% para 1,1% na comparação trimestral. O movimento pode ser atribuído à contração mais intensa dos estoques (de -1,2 p.p para 1,3 p.p.). Por outro lado, o consumo continuou ganhando força. Em relação ao mercado imobiliário, o destaque foi o dado de vendas de casas novas, que subiu 12,4% em julho (M/M), alcançando o maior valor desde outubro de 2007. A média móvel de três meses saltou de 2,7% para 4,9%, reforçando a tendência de alta para o indicador. No mercado de trabalho, foram criadas 255 mil vagas em julho, contra 292 mil do mês anterior. O resultado superou a expectativa do mercado, que previa abertura de 180 mil postos e mostra que a economia permanece próxima do pleno emprego. A taxa de desemprego por sua vez se manteve em 4,9%, enquanto a média de ganho salarial cresceu 2,6% na comparação anual, mesmo ritmo de junho.

Na Zona do Euro não houve reunião do Banco Central Europeu (BCE) em agosto. A 2ª estimativa do PIB confirmou o resultado divulgado inicialmente (0,3%, T/T), entretanto, o ritmo é bem inferior ao registrado no 1T16 (0,6%, T/T), retratando os desafios que retardam a recuperação do Bloco. No Reino Unido, no geral, o impacto inicial do Brexit foi limitado. Os dados de atividade se mostraram resilientes, conforme mostrou a 1ª revisão do PIB do 2T16 que confirmou alta de 0,6% (T/T) informada na prévia. Nesse sentido, convém destacar a atuação do Banco Central da Inglaterra (BoE), que por meio do anúncio de uma nova rodada de estímulos monetários no início do mês deve ajudar a abrandar os efeitos de curto prazo. A decisão incluiu a redução da taxa básica de juros de 0,50% para 0,25%, a retomada do sistema de financiamento aos bancos (TSF) que pode chegar ao montante de £100 bilhões, aquisição de títulos corporativos no valor de £10 bilhões e a extensão do programa de compras de ativos em £60 bilhões. O presidente da instituição, Mark Carney, disse ainda que caso seja necessário o BoE voltará a agir.

Na China, os sinais de estabilização se mantiveram em agosto, embora não se note indícios de aceleração do crescimento em função das medidas de estímulo. Sobre a atividade, os dados tiveram sinais mistos em relação a julho. O PMI de Manufatura subiu de 49,9 para 50,4 pontos. No entanto, o mesmo indicador medido pela Caixin recuou de 50,6 para 50,0 pontos, ficando no limiar entre expansão e contração do setor. As vendas do setor

varejista desaceleraram de 10,6% para 10,2% (A/A), enquanto a produção industrial manteve o ritmo de alta do mês anterior (6,0%, A/A). As exportações seguiram em queda, porém em menor intensidade (-4,4%, A/A), devido à desvalorização recente do Yuan com relação ao dólar.

No cenário interno, o principal evento do período foi a decisão do Copom no final de agosto. O comitê manteve a taxa de juros inalterada, mas apresentou importante mudança no comunicado divulgado após a decisão. O movimento levou à queda mais intensa dos vértices curtos e leve queda nos vértices intermediários e longos. A curva de juros local já precifica mais de 200 pontos de corte em 2017, e chances de corte nas reuniões de outubro e novembro deste ano (18% e 48%, respectivamente). A curva prefixada terminou o mês de agosto sem grandes alterações em seu formato. Os vértices curtos e intermediários apresentaram leve viés de queda, ao passo que os vértices longos tiveram alta, refletindo a cautela do mercado antes da divulgação dos dados do mercado de trabalho norte americano. Neste contexto, os sub índices IRF-M 1, IRF-M 1+ e IRF-M Total apresentaram no mês retorno de 1,19%, 0,87% e 0,98%, respectivamente.

A curva de NTN-B apresentou movimento de leve elevação da inclinação com uma maior demanda pelos vértices curtos. O mês de agosto apresentou pouca variação no preço final dos ativos. O período inicial de otimismo do mercado com a aprovação do parecer da Comissão do Impeachment e a expectativa de não elevação da taxa de juros nos EUA levaram forte valorização dos ativos no mês. O vértice de melhor performance foi o de 2017, com forte valorização após o dado forte de IPCA de julho. Com relação ao cenário interno, tivemos a reunião do COPOM. A mudança no comunicado que sucedeu a decisão do Copom trouxe com maior clareza 3 pontos que o comitê monitora para iniciar o ciclo de corte na taxa SELIC. Se antes o comitê reforçava o discurso de que as condições atuais não permitem flexibilização da política monetária, a alteração no comunicado representou uma mudança de speech com forte impacto no trecho curto da curva prefixada e, conseqüentemente, na curva de NTN-B. A curva prefixada cedeu e a curva de NTN-B acompanhou o movimento, ainda que em menor intensidade. Neste contexto, os sub índices IMA-B 5, IMA-B 5+ e IMA-B Total apresentaram no mês retorno de 1,09%, 0,87% e 0,89%, respectivamente.

3. RECEITAS E DESPESAS / SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS

No mês de agosto, ingressou no Instituto um montante de **R\$ 7.222.600,04** referentes à receita de contribuição previdenciária dos servidores e patronal dos servidores ativos, **R\$ 103.325,14** referentes à receita de contribuição previdenciária dos servidores inativos e pensionistas, **R\$ 212.784,21** referentes aos rendimentos sobre as aplicações financeiras, **R\$ 948,03** referentes a outras indenizações e/ou restituições, **R\$ 768.050,27** referentes aos parcelamentos firmados com a Prefeitura, **R\$ 124.651,17** referentes ao parcelamento do déficit atuarial, **R\$ 145.834,23** referentes ao Termo de Uso Remunerado UNIG e, ainda **R\$ 1.215.601,57** referentes à receita de Compensação previdenciária - COMPREV.

O PREVINI deu continuidade à tarefa de análise e concessão de benefícios previdenciários, compreendendo, de um lado, a aposentadoria dos servidores civis do Poder Executivo e do Poder Legislativo, e, de outro, a pensão dos beneficiários dos servidores do Poder Executivo e Legislativo. No período, foram concedidos **15** novos benefícios, sendo **12** aposentadorias e **03** pensões.

A par da concessão de benefícios, o Instituto continuou processando a folha de pagamento de **3.122** servidores inativos do Poder Executivo e Poder Legislativo e de **804** pensionistas.

No mês de Agosto o Instituto teve uma Despesa Previdenciária (Total gasto com aposentadorias e pensões) de **R\$ 12.024.369,85**. E uma Despesa Administrativa (despesas com folha de pagamento do pessoal do quadro próprio e manutenção e funcionamento das atividades) de **R\$ 489.257,88**.

Até o fechamento deste relatório, em 30 de setembro do corrente ano, do total dos 3.925 segurados aposentados e beneficiários de pensão, o PREVINI efetuou o pagamento à 2.470 pessoas, no valor total de R\$ 5.069.852,39, o equivalente a 62,93% do total de beneficiários, porém apenas 42,03% do valor total da folha de benefícios previdenciários foi quitada.

No mês de agosto, o Instituto atingiu 121,72% da meta atuarial e no acumulado do ano o atingimento foi de 94,68%.

Demonstra-se através deste relatório que os investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Nova Iguaçu – PREVINI buscam atingir a meta atuarial, evidenciando o comprometimento da Autarquia em assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários já concedidos e o pagamento dos benefícios a conceder.

Este relatório segue acompanhado dos anexos I a VI.

Diante do exposto, encaminho o presente relatório para apreciação e aprovação do Comitê de Investimentos e do Conselho de Administração.

* Fonte: Boletim RPPS Agosto/2016 – Caixa Econômica Federal

Nova Iguaçu, 30 de setembro de 2016.

Danielle Villas Bôas Agero Corrêa
Gestora dos Recursos
Certificação ANBIMA – CPA-20
Diretora Presidente
PREVINI

Aprovação do Comitê de Investimentos.

Considerando que as aplicações do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Nova Iguaçu - PREVINI estão em conformidade com a Política Anual de Investimentos aprovada para o exercício de 2016 pelo Conselho de Administração do PREVINI, os membros do Comitê de Investimentos aprovam o presente relatório na forma supra.

Nova Iguaçu, ____ de Outubro de 2016.

Mauro Henrique Ribeiro Menezes
Diretor Administrativo e Financeiro
Presidente do Comitê de Investimentos
Certificação CGRPPS - APIMEC

Eduardo de Oliveira
Gerente da Divisão de Investimentos Financeiros
Certificação ANBIMA – CPA-10

Monique Moraes Carvalho Gambardela
Chefe de Gabinete
Representante Indicado pelo Presidente
(Licença Maternidade)

Sylvio da Paes Pires
Gerente da Divisão de Administração e Finanças

Marcello Raymundo de Souza Cardoso
Procurador
Certificação ANBIMA – CPA-10

Aprovação do Conselho de Administração.

Considerando que as aplicações do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Nova Iguaçu - PREVINI estão em conformidade com a Política Anual de Investimentos aprovada por este Órgão Colegiado, o Conselho de Administração do PREVINI aprova o presente relatório na forma supra.

Nova Iguaçu, ____ de Outubro de 2016.

Luiz Carlos Mayhé Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

Antônio Peres Barbosa
Representante dos Servidores Ativos Indicado pelo Prefeito Municipal

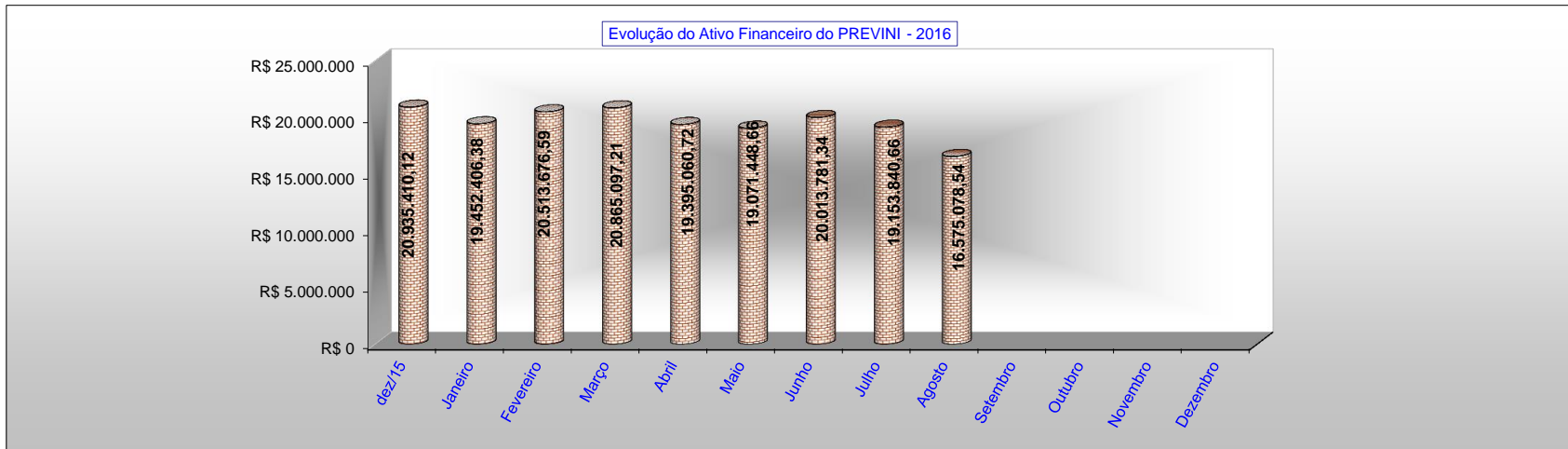
Alberto Teixeira Dias
Representante dos Servidores Indicado pelo Prefeito Municipal

Alessandro José de Oliveira Machado
Representante dos Servidores da Câmara Municipal indicado pela Câmara Municipal

Flávio de Castro Drumond
Representante dos Servidores

Osmarina Santa Rita Medeiros
Representante dos Servidores

Danielle Villas Bôas Agero Corrêa
Diretora Presidente do PREVINI
Na qualidade de membro nato



	dez/15	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Saldo em aplicação	19.237.530,89	13.690.099,82	18.008.328,95	18.381.610,88	17.170.265,09	18.911.331,67	20.004.552,52	18.863.868,17	15.917.494,09
Saldo Conta Corrente	1.697.879,23	5.762.306,56	2.505.347,64	2.483.486,33	2.224.795,63	160.116,99	9.228,82	289.972,49	657.584,45
Patrimônio Total	20.935.410,12	19.452.406,38	20.513.676,59	20.865.097,21	19.395.060,72	19.071.448,66	20.013.781,34	19.153.840,66	16.575.078,54
Evolução %		-7,08%	5,46%	1,71%	-7,05%	-1,67%	4,94%	-4,30%	-13,46%

Evolução do Ativo Financeiro Disponível do PREVINI em 2016

Tipo de Recurso	Fundo de Investimento	dez/15	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Tx. Administração	Itaú Institucional Referenciado DI FI	1.073.928,16	1.137.373,19	988.824,23	611.277,73	725.506,99	885.274,56	1.345.395,34	902.359,83	815.398,31
Consignação 45004-1	Itaú Soberano RF IRFM 1	10.946,42	7.325,60	961.500,29	1.913.254,66	3.201.379,52	4.104.360,77	4.803.956,02	3.842.646,73	699.753,72
	Consignação Itaú Institucional Referenciado DI FI	3.926.554,00	1.714,84	3.243.897,86	2.793.544,39	16.668,64	335.438,36	13.733,30	2.740,66	2.774,15
Consignação	Itaú Soberano Renda Fixa IRFM 1 FI	1.598.677,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Comprev Quest Small Caps FIC Ações	450.752,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aporte Suplementar	Caixa FI Brasil IRF-M1 Titulos Publicos Rf 2966-8	6.489.274,28	6.594.641,27	6.667.217,64	6.748.914,94	5.822.807,45	5.884.101,40	5.946.237,22	6.007.572,46	6.078.158,66
Aporte Suplementar	Itaú Institucional Renda Fixa Inflação 5 FIC	4.405.554,00	4.646.077,45	4.830.146,38	4.981.226,99	5.056.313,14	5.332.426,89	5.501.971,62	5.689.466,19	5.874.529,28
Aporte Suplementar	Bradesco FI RF IRFM1 Tít. Públicos	1.281.844,13	1.302.967,47	1.316.742,55	1.333.392,17	1.347.589,35	1.361.840,05	1.376.205,76	1.390.074,29	1.406.421,20
Aporte Suplementar	BB Previdenciário RF IMA-B 5 LP FICFI	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.007.889,64	1.017.053,26	1.029.008,01	1.040.458,77
TOTAL		19.237.530,89	13.690.099,82	18.008.328,95	18.381.610,88	17.170.265,09	18.911.331,67	20.004.552,52	18.863.868,17	15.917.494,09

DEMONSTRATIVO DE RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - AGOSTO 2016

FUNDOS DE INVESTIMENTO	CNPJ	PATRIMÔNIO	RENTABILIDADE			% do Bench.	% da Meta Atuarial (mês)	% da Meta Atuarial (ano)	% Por Administ.	Limite Res. 3.922/10	Limite Política de Investimento	Enquadramento Resolução 3.922/10
			Mensal	Anual	Anualizada							
Bradesco FI RF IRF-M1 Títulos Públicos	11484558/0001-06	1.406.421,20	1,18%	9,72%	14,54%	99,16%	126,88%	105,77%	8,84%	100%	80%	Art. 7º, inciso I, "b"
Caixa FI Brasil IRF-M1 Títulos Públicos RF Ref 176.	10740670/0001-06	6.078.158,66	1,17%	9,83%	14,54%	98,32%	125,81%	106,96%	38,19%	100%	80%	Art. 7º, inciso I, "b"
Itaú Soberano Renda Fixa IRFM 1 FI	08703063/0001-16	699.753,72	1,18%	9,63%	14,52%	99,16%	126,88%	104,79%	4,40%	100%	80%	Art. 7º, inciso I, "b"
Itaú Institucional Renda Fixa Inflação 5 FIC	09093819/0001-15	5.874.529,28	1,06%	11,05%	17,62%	97,25%	113,98%	120,24%	36,91%	100%	80%	Art. 7º, inciso I, "b"
Itaú Institucional Referenciado DI FI	00832435/0001-00	818.172,46	1,22%	9,27%	14,23%	100,83%	131,18%	100,87%	5,14%	30%	30%	Art. 7º, inciso IV
BB Previdenciário RF IMA-B 5 LP FICFI	03543447/0001-03	1.040.458,77	1,11%	11,25%	17,79%	101,83%	119,35%	122,42%	6,54%	50%	80%	Art. 7º, inciso III
Total dos Investimentos		15.917.494,09	1,15%	###	93,60%		124,01%	110,17%	100,00%			

Indicadores	ago/16	2016
CDI	1,21%	9,21%
INPC	0,31%	6,09%
IGP-M	0,15%	6,25%
IPCA	0,44%	5,42%
IMA-B	0,89%	20,11%
IMA-B 5	1,09%	11,35%
IMA-B 5+	0,87%	25,95%
IMA-Geral	1,03%	15,92%
IRF-M	0,98%	17,01%
IRF-M 1	1,19%	9,83%
IBOVESPA	1,03%	33,57%
IBX	1,12%	32,53%
SMLL	0,18%	35,07%
IPCA + 6% aa	0,93%	9,19%

Percentual por Benchmark	
IMA-B	0,00%
IMA-B 5	43,44%
IMA-B 5+	0,00%
IMA-Geral	0,00%
IRF-M	0,00%
IRF-M 1	51,42%
Multimercado	0,00%
IBX	0,00%
SMLL	0,00%
Ibovespa	0,00%
CDI	5,14%
TOTAL	100,00%

Percentual por Administrador	
BANCO DO BRASIL	6,54%
BRADESCO	8,84%
BTG PACTUAL (QUEST)	0,00%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	38,19%
GERAÇÃO FUTURO	0,00%
HSBC	0,00%
ITAU	46,44%
SANTANDER	0,00%
TOTAL	100,00%



ANEXO III

DEMONSTRATIVO DE META ATUARIAL

META ATUARIAL Mensal - 2016

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Rentabilidade média mensal da Carteira	1,45%	1,13%	0,98%	1,13%	0,93%	0,96%	1,07%	1,19%				
Meta Atuarial no Mês - IPCA+6%	1,60%	1,20%	0,77%	0,94%	1,11%	0,69%	0,85%	0,98%				
Atingimento da Meta	91,35%	93,96%	127,17%	122,34%	84,11%	137,72%	126,04%	121,72%				

META ATUARIAL Ano - 2016

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Rentabilidade média anual da Carteira	1,45%	2,59%	3,60%	5,29%	5,65%	6,66%	7,81%	9,09%				
Meta Atuarial no ano - IPCA+6%	1,60%	2,80%	3,60%	4,52%	5,72%	6,45%	7,35%	9,60%				
Atingimento da Meta	91,35%	92,43%	100,05%	117,12%	98,90%	103,30%	106,13%	94,68%				

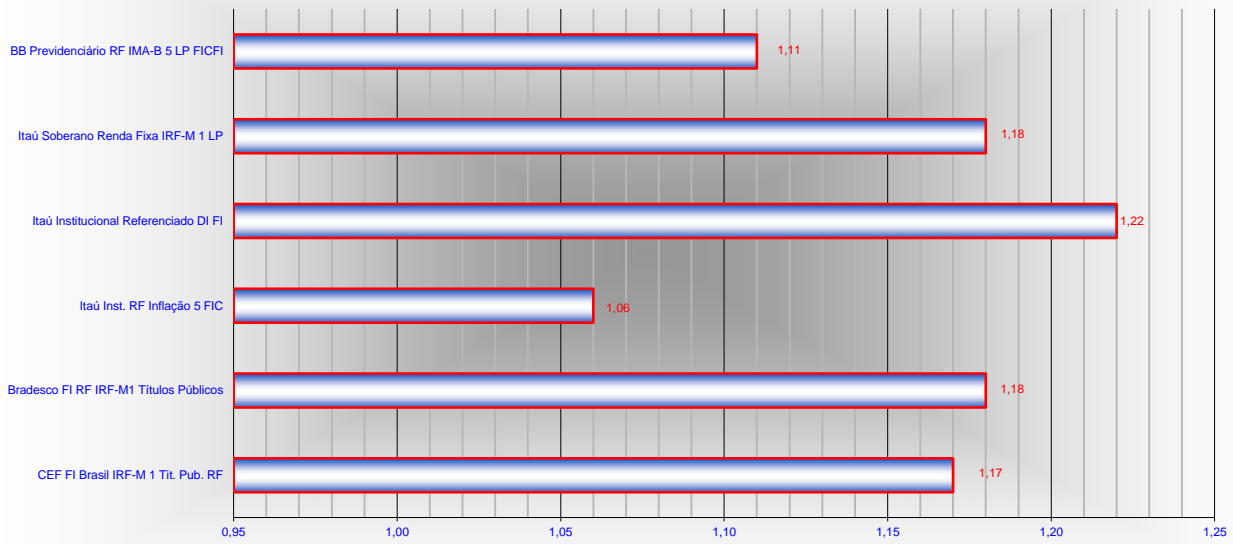
OBS: As informações lançadas neste anexo é a disponibilizada pela empresa de consultoria financeira, que possui sistema próprio para o cálculo.

ANEXO IV

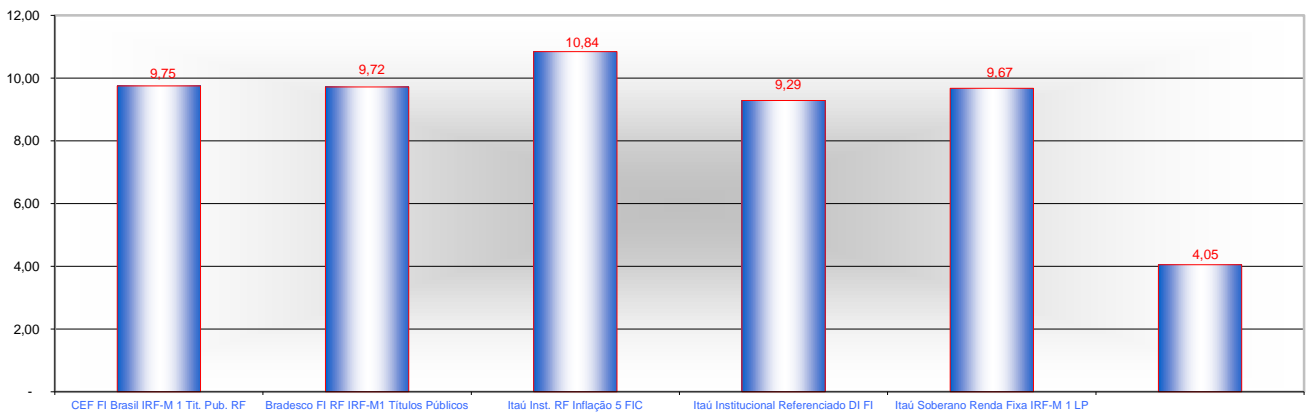


DEMONSTRATIVO DE RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - JULHO 2016

Rentabilidade Mensal



Rentabilidade no Período - 2016



Grau de Risco das diversas modalidades de Aplicação

FUNDOS DE INVESTIMENTO	OBJETIVO	GRAU DE RISCO	BENCHMARK
BRDESCO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS	O objetivo do Fundo é proporcionar rentabilidade que busque superar a variação do IRF-M 1, por meio das oportunidades oferecidas pelos mercados domésticos de taxa de juros pós-fixadas e pré-fixadas, e índices de preço, excluindo estratégias que impliquem risco de moeda estrangeira ou de renda variável. A rentabilidade do FUNDO será também impactada pelos custos e despesas do Fundo e pela taxa de administração de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano.	Baixo	IRF-M1
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA	Investir no índice IRF-M 1	Baixo	IRF-M1
ITAÚ INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI FI	O fundo busca investir, no mínimo, 95% do valor de carteira em títulos ou operações que busquem acompanhar as variações do CDI ou SELIC.	Baixo	CDI
ITAÚ INSTITUCIONAL RF INFLAÇÃO 5 FIC	O Fundo busca acompanhar a rentabilidade do índice de Mercado ANBIMA (IMA-B 5)	Baixo	IMA-B
ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA IRF-M 1 FI	O fundo aplica seus recursos em ativos de renda fixa relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, à taxa de juros doméstica e/ou índices de preço, buscando acompanhar a rentabilidade do índice IRFM-1.	Baixo	IRF-M 1
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA-B 5 LONGO PRAZO FIC FI	O FUNDO tem como objetivo a aplicação dos recursos dos condôminos em carteira diversificada de ativos financeiros de longo prazo e demais modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observadas as limitações legais.	Baixo	IMA-B5

As informações lançadas neste anexo correspondem ao apresentado nas lâminas de cada fundo.

ANEXO VI
jul/16

INVESTIMENTO	SALDO ANTERIOR	APLICAÇÃO	RESGATE	RENDIMENTOS	RESGATE	SALDO FINAL
Itaú Institucional Referenciado DI FI - C/C 43092-8	1.345.395,34	-	456.415,77	13.380,26	D+0	902.359,83
Itaú Institucional Referenciado DI FI - C/C 79566-8	13.733,30	100.000,00	111.216,62	223,98	D+0	2.740,66
Caixa FI Brasil IRF-M1 Titulos Publicos Rf 2966-8	5.946.237,22	0,00	0,00	61.335,24	D+0	6.007.572,46
Itaú Institucional Renda Fixa Inflação 5 FIC - C/C 81304-0	5.501.971,62	122.971,38	0,00	64.523,19	D+1	5.689.466,19
Bradesco FI RF IRF-M1 Titulos Publicos	1.376.205,76	0,00	0,00	13.868,53	D+0	1.390.074,29
BB Previdenciário RF IMA-B 5 LP FICFI	1.017.053,26	0,00	0,00	11.954,75		1.029.008,01
Itaú Soberano Renda Fixa IRFM 1 FI - C/C 45004-1	4.803.956,02	2.947.574,25	3.957.678,68	48.795,14	D+0	3.842.646,73
TOTAL	20.004.552,52	3.170.545,63	4.525.311,07	214.081,09		18.863.868,17

